



# LUTA PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO BRASIL

1726

Na Bahia, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia criou a primeira "Roda dos Expostos". A medida foi regulamentada em lei e se tornou a principal forma de assistência infantil nos séculos 18 e 19



1941

Serviço de Assistência a Menores (SAM) é criado para atender todo o Brasil

1946

A Assembleia Geral das Nações Unidas criou o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - UNICEF



1959

Declaração Universal dos Direitos da Criança pela ONU

1975

1ª Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) destinada a investigar o problema da criança desassistida no Brasil

1964

Militares extinguem o SAM e criam a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM e FEBEM) durante a Ditadura no Brasil

1985

Aprovação da Emenda Criança (que deu origem aos artigos 227 e 228 da Constituição que versam sobre os direitos das crianças)

1988

Entidades da sociedade civil criam Fórum de Defesa das Crianças e Adolescentes

1988

Artigo 227 da recém aprovada Constituição Federal, e que traz os direitos das crianças e adolescentes como prioridade do Estado e sociedade, torna-se base para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



1990

Brasil assina Convenção Internacional da UNICEF sobre os Direitos da Criança

1990

Criação do ECA e dos Conselhos Tutelares

2014

Lei n. 13.010/2014 condena violência moral e física na educação

1991

Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

2016

Criação do Marco Legal da Primeira Infância

2015

Brasil assina Convenção Internacional da UNICEF sobre os Direitos da Criança

2019

Proibição ao casamento infantil em qualquer situação

2022

Agenda 227, movimento da sociedade civil com objetivo de garantir que crianças e adolescentes estejam no centro do debate e que conta com 363 organizações signatárias, é apresentada às candidaturas à presidência do Brasil

Instituto Alana e Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário constataam que os direitos à saúde e educação de crianças e adolescentes foram violados pelo Governo Federal brasileiro durante a pandemia de Covid-19

